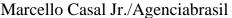
Quatro pessoas são condenadas por ingresso de drogas em prisão

O atual conceito de organização criminosa é muito mais abrangente do que o previsto em leis anteriores, e tais organizações, que atuam como empresas do crime, visam vantagens de qualquer natureza, entre elas a mais visada é a obtenção de lucros.

Com base nesse entendimento, a 13ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de dois homens e duas mulheres, identificados como integrantes de uma facção criminosa, pelo ingresso de drogas em uma penitenciária.





Agência Brasil Quatro pessoas são condenadas por ingresso de drogas em penitenciária

As penas variam de cinco a sete anos de prisão, todas em regime inicial fechado. De acordo com a denúncia, havia pensões perto da penitenciária, com aluguel de quartos para pessoas que visitavam os presos. Os locais eram gerenciados por mulheres de detentos que, segundo as investigações, atuavam a serviço da facção criminosa.

Por meio de interceptações telefônicas, a Polícia identificou as duas rés que, em troca de auxílio financeiro, organizavam o contrabando de drogas para dentro presídio. As rés possuíam uma lista com nomes de mulheres e dos presos que elas visitavam. Era por meio dessas mulheres que a droga entrava na penitenciária.

Ao rejeitar os recursos das defesas, o relator desembargador Xisto Rangel, destacou a "culpabilidade exacerbada" dos réus, pois integram a maior organização criminosa do país e exerciam a função de introduzir drogas dentro do estabelecimento prisional, "local que deve ser destinado à ressocialização dos indivíduos lá custodiados, além de alimentar os cofres da facção com a venda de drogas na região".

"Apesar da complexidade do caso, os policiais envolvidos na investigação conseguiram, de forma louvável, expor os fatos de maneira lógica e coerente, possibilitando ao parquet substrato suficiente para a denúncia, que descreveu minuciosamente a participação de cada acusado na organização criminosa e a forma com que agiam, visando atender aos interesses da facção, mais especificadamente em relação ao tráfico de drogas na região e o controle de acesso à penitenciária local", explicou.

Interceptações telefônicas

www.conjur.com.br

O magistrado validou as interceptações telefônicas que embasaram a acusação. Ele afirmou que as interceptações foram expressamente autorizadas pelo Poder Judiciário, não havendo que se falar em ilegalidade, conforme suscitado pelas defesas.

"Durante as escutas telefônicas foi desvencilhada a existência de um esquema bem estruturado voltado a atender aos interesses da facção criminosa, sendo certo que as prorrogações e renovações de prazo para a continuidade da captação de diálogos entre os membros da facção criminosa foram devidamente solicitadas por autoridade competente e autorizadas pelo juízo, em observância aos requisitos contidos no artigo 5°, XII, da CF e na Lei 9.296/1996", afirmou.

Segundo Rangel, as interceptações telefônicas, realizadas de forma regular e mediante autorização judicial são, por si só, suficientes para a condenação dos envolvidos, já que se trata de exceção a regra do artigo 155 do Código de Processo Penal. Porém, ele observou que a condenação dos réus não foi embasada somente nas interceptações, mas também pela prova oral e documental.

Clique <u>aqui</u> para ler o acórdão 1500461-63.2019.8.26.0346

Date Created 28/01/2022